

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Estabelece alíquota máxima do imposto de importação sobre painéis solares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica estabelecida a alíquota máxima de 9,6% (nove inteiros e seis décimos por cento) referente ao imposto de importação incidente sobre células fotovoltaicas montadas em módulos ou em painéis, classificada na NCM 8541.43.00.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Desde o início de 2023, o Governo Federal tomou um conjunto de medidas que prejudicam a competitividade da fonte solar no País. Essas medidas impactam a geração de energia, trazendo insegurança jurídica para um setor estratégico.

A mais recente delas, consagrada na Resolução Gecex nº 666, de 2024, elevou de 9,6% para 25%, as alíquotas de importação de painéis de células fotovoltaicas, item essencial para a geração de energia solar. Ademais, as cotas de importação que estavam em vigor, em volume já insuficiente para o atendimento das efetivas necessidades do mercado, estão revogadas a partir de 1º de julho de 2025.

É importante trazer estabilidade para o setor. A alíquota de 25% é abusiva e não tem qualquer efeito benéfico à indústria nacional, que atualmente já não atende à crescente demanda do setor.

Ao fixar alíquota máxima, mantemos a liberdade de o Poder Executivo modificá-las conforme as necessidades da política industrial, mas

em patamar compatível com a natureza extrafiscal do tributo. A alíquota superior a esse nível só se justifica pela sanha arrecadadora do governo federal, que pretende extrair receita desses investimentos.

Sala das Sessões,

**SENADOR MARCOS ROGÉRIO**

**PL/RO**